

# Relator mantém CIAC entre as prioridades para 1993

por Eduardo Hollanda  
de Brasília

A Comissão Mista de Orçamento deverá votar até a próxima quinta-feira a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). O relatório e o substitutivo ao projeto enviado pelo governo foi entregue ontem ao presidente da comissão, deputado Messias Góes (PFL-SE), pelo relator senador Márcio Lacerda (PMDB-MT).

Márcio Lacerda propõe limitar o emprego de verbas em projetos novos em 25% do total destinado a cada setor. Ele também quer limitar em 10%, por trimestre, a diferença, para mais, na liberação de verbas em favor de um projeto, em detrimento dos demais. Seu objetivo é garantir a execução simultânea do que constar do Orçamento de 1993.

No substitutivo, Márcio Lacerda incluiu o Ministério da Saúde entre as prioridades não constava da proposta original do governo. Assim, as prioridades da LDO são Educação, Saúde, Ciência e Tecnologia, com destaque para a ação integrada destinada à criança e ao adolescente e

**FUMO** — O presidente da Associação Brasileira da Indústria do Fumo (Abifumo), Hélio Fensterseifer, solicitou hoje ao ministro-chefe da Secretaria de Governo, Jorge Bornhausen, a intermediação, junto ao Banco do Brasil (BB), para a liberação de cerca de US\$ 200 milhões, que cobrirão a próxima safra, na região Sul. O pedido já foi encaminhado ao presidente do BB, Lafaiete Coutinho, segundo Fensterseifer, que esteve no Palácio do Planalto acompanhado pelo deputado federal Telmo Kirst (PDS/RS).

à melhoria da qualidade da educação básica. Estas exigências significam a continuidade do programa dos Ciacs.

Segundo o senador do PMDB, o Congresso poderá alterar na totalidade o orçamento para investimentos — na prática, menos de 4% do orçamento total — mas sempre mantendo as prioridades. "Não será possível tirar dinheiro de um setor prioritário e levar para outro. Isto quer dizer que não se tirará dinheiro de Ciac ou projetos de saúde pública para usá-lo em rodovias ou outro tipo de obras," disse.

Márcio Lacerda destacou ainda a necessidade de simplificar a tramitação burocrática na transferência de recursos do governo federal para estados e municípios, que ficarão liberados de apresentar projetos específicos, "pois, para o controle, já existem as câmaras e o TCU," afirmou.

Outra prioridade na LDO, que deverá nortear o orçamento de 1993, será a conservação e a manutenção da infra-estrutura — como rodovias e ferrovias — deixando para segundo plano novas obras.

Neste aspecto, o relator destaca a limitação imposta de 25% do total apenas para projetos e obras novas. "Evidentemente não haver novas obras, mas o fundamental é fazer regras claras que priorizem a continuidade das obras em andamento e a conservação das rodovias, por exemplo. Não será possível fazer uma nova rodovia se estradas importantes como a via Dutra e a Belém-Brasília, por exemplo, estão em mau estado", disse Márcio Lacerda.